

Desenvolvimento e globalização: estratégias políticas, entraves e alternativas

Fabricio Antonio Deffacci¹ e Douglas Menezes de Oliveira²

1 Doutor em Sociologia (UNESP/Araraquara). Professor de Ciência Política na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Amambai). E-mail: fabricioad@uems.br.

2 Graduando em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS/Amambai). Bolsista do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID). E-mail: menezes.1995@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo está inserido no campo da revisão bibliográfica. Tem como fator central, discutir e analisar as questões acerca do desenvolvimento econômico numa era globalizada. Entretanto a ascensão do capitalismo na América Latina na metade do século XX apresentou uma nova perspectiva de mundo, a qual pode ser proclamada pelo termo globalização, impondo uma mesma ordem econômica a todos. No qual o capitalismo vem exercendo uma grande influência no cotidiano dos indivíduos por um viés da indústria cultural, provocando uma crise identitária em massa, pelo fato do consumismo acelerado e alienante. Neste sentido, surge, portanto estratégias políticas proposto pelos governos e alternativas elaboradas pelos teóricos contemporâneos, a fim de direcionar os indivíduos a romperem com os problemas presentes, conforme a inserção desta lógica devastadora. Portanto é neste paradigma que pretendemos contemplar com este trabalho.

Palavras-chave: Desenvolvimento, capitalismo, estratégias, barreiras, alternativas.

ABSTRACT: Development and globalization: political strategies, barriers and alternatives. This Article is inserted in the field of literature review. Its central factor, discuss and analyze issues concerning economic development in a globalized era. However the rise of capitalism in Latin America in the mid-twentieth century presented a new perspective of the world, which may be proclaimed by the term globalization, imposing the same economic order at all. In which capitalism has exerted a major influence in daily life by a bias of the cultural industry, causing an identity crisis in mass, because the accelerated and alienating consumerism. In this sense, emerges, therefore policies strategies proposed by governments and alternatives developed by contemporary theorists, in order to drive individuals to break with the present problems, as the inclusion of this devastating logic. So is this paradigm that we intend to cover this work.

Keywords: Development, capitalism, strategies, barriers, alternatives

1 Introdução

Quando tomamos em consideração os temas *desenvolvimento econômico* e *globalização*, torna-se inviável uma abordagem em separado dos mesmos. Para tanto, ambos se complementam como duas faces da mesma moeda nos distintos níveis do debate realizado. Esta pode ser entendida como a centralidade do trabalho aqui apresentado. Em conformidade com os textos e debates desdobrados, pretendemos apresentar uma breve síntese sem perder de vista nossa própria reflexão.

Os três primeiros textos contemplam a questão do desenvolvimento, em particular as dificuldades enfrentadas na América Latina em vista da superação da condição de subdesenvolvimento econômico. Para tanto, Furtado (1983), Faletto e Cardoso (s/d), estão debruçados sobre o problema histórico da debilidade dos sistemas econômicos dos países latino-americanos que ainda não conseguiram fazer a passagem para a modernidade ou, em gradações diferentes, embora tenham alcançado a industrialização, seu horizonte ainda permanece imerso na dimensão do subdesenvolvimento. Ademais, adentraremos no fenômeno da globalização ao focalizar por meio da análise de Ianni (1996), Chesneaux (1995) e Stiglitz (2002), suas contradições na modernidade, desde uma leitura mais ampla até uma abordagem do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O problema da globalização estará também presente nos textos seguintes, mas com encaminhamentos mais direcionados, como é o caso do olhar acerca da questão do trabalho num mundo globalizado empreendido por Sobral (2002) e a análise dos problemas ambientais, que são determinados pelo mesmo fenômeno, feita por Kon (2002). No último texto encontramos a proposta de Mézaros (s/d), visando à superação dos problemas implantados pela lógica do sistema capitalista.

2 O desenvolvimento na era da globalização

Encontramos na análise de Furtado a renúncia com a perspectiva do desenvolvimento como elemento homogêneo sobreposto as diferenciações sociais. Em vista disto, a nova perspectiva do desenvolvimento aparece vinculada aos fatores histórico-sociais e, sendo assim, trás consigo um novo tratamento do problema do subdesenvolvimento. “O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento.” (FURTADO, 1983, p.142). Assim, as concepções afirmadas, rigidamente, em etapas universais para a condição de subdesenvolvimento não podem oferecer uma consideração completa do problema.

Além disso, a fragmentação analítica do processo de desenvolvimento econômico deve ser afastada em vista da concepção integrada, onde o mercado não é capaz de se auto-determinar sendo que os processos econômicos são condicionados pela dimensão social. Assim, o fluxo real de renda deve ser substituído na interpretação do subdesenvolvimento pelo fluxo de renda gerado em conformidade com a própria condição social. Neste percurso, é preciso diferenciar o crescimento econômico

encontrado numa sociedade do desenvolvimento econômico visado, isto é, a concentração de renda real somente pode ser entendida como desenvolvimento econômico no momento em que a mesma proporcionar a dinâmica econômica, tornando, deste modo, a economia estável.

Em decorrência desta concepção de desenvolvimento, Furtado lança mão do debate político a partir do qual a dinâmica da economia pode ser alcançada com estabilidade. Em outras palavras, não basta industrializar o país se os processos políticos de regulação da economia não estiverem capacitados a controlar os desajustes ocasionados pela dinâmica do mercado. Nesta direção, a preocupação com a geração de emprego demonstra que a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho não é responsabilidade dos empresários, mas sim do Estado que deve ajustar a economia e, com isso, estabilizar o mercado em vista do desenvolvimento econômico e não apenas em função do crescimento.

No tratamento da condição econômica da América Latina elaborado na segunda metade do século XX, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto apresentam uma análise integrada da dependência sofrida pelos países de economia considerada periférica em relação às economias centrais. Os primeiros – países latino-americanos – aparecem num horizonte tradicional na esfera sócio-política, enquanto os países desenvolvidos – em especial os países da Europa e Estados Unidos – usufruem um alto grau de modernização que ultrapassa a dimensão propriamente econômica.

A fim de abarcar o problema do subdesenvolvimento dos países de economia periférica, o texto caminha em direção a um arranjo teórico-metodológico mais eficiente. Trata-se, pois, de concentrar a análise de modo integrado. “(...) quando se trata de vincular a análise estritamente econômica à compreensão do desenvolvimento político e social, o problema básico a ser formulado não é somente o do caráter da estrutura social de uma dada sociedade, mas principalmente o processo de sua formação, como também a orientação e tipo de atuação das forças sociais que pressionam para mantê-la ou modificá-la, com todas as repercussões que impliquem o equilíbrio dos grupos tanto no plano nacional como no plano externo” (CARDOSO; FALETTTO, s/d.:18).

Caracterizado deste modo, o problema do subdesenvolvimento passa a ser objeto de investigação de um arcabouço teórico mais amplo, não estando mais submetido à investigação de uma forma estritamente econômica, antes levando em consideração os processos histórico-sociais que constituíram a nível nacional o atraso econômico. Diante disso, encontramos – como já estava anteriormente apresentada na obra *A Revolução Burguesa no Brasil* de Florestan Fernandes (1987) – a preocupação com a singularidade histórica de cada país e, em meio a esta, os nexos da formação social que desencadearam o subdesenvolvimento nacional.

Assim, num primeiro momento o texto rompe com as pretensões *stricto sensu* da ciência moderna ao promover uma ampla abordagem do subdesenvolvimento. Viabilizado por tal postura, o segundo momento oferece a percepção de um atraso econômico histórico, especialmente no caso do Brasil, ou, em outras palavras, uma herança colonial repleta de elementos a serem superados em vista do desenvolvimento.

Nesta direção, podemos levantar a seguinte questão: a condição de subdesenvolvimento socioeconômico não estaria assimilada pelos brasileiros? Isto implica em pensar que nos acostumamos em ver o Brasil como atrasado e, por conta disto, viver numa sociedade diferente corresponde a sair do país. Enquanto herança, o subdesenvolvimento parece, de um modo geral, não inquietar os brasileiros. Assim, a luta por um país melhor é “deliberada” politicamente aos nossos representantes a cada quatro anos e, por conseguinte, os anseios de transformação social são ofuscados em vista da realização pessoal na esfera privada.

A abordagem desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso sobre uma nova perspectiva de desenvolvimento posterior às promessas imprimidas na modernidade pelo Iluminismo, proporciona uma visão panorâmica das utopias germinadas no século XX com um ar de revolta ao passado próximo. Por um lado, acreditar em desenvolvimento, em especial no século XVIII e XIX, significou olhar com grande contentamento para os avanços da ciência, tecnologia, indústria e, por fim, para a possibilidade de eliminação do sofrimento e miséria que até então atingiram os homens em forma de escassez dos recursos básicos para a sobrevivência material; por outro lado, o processo de acumulação desencadeado junto com o aumento da produtividade implicou na manutenção de tais males.

Diante disso, o século XX ousou apresentar seu descontentamento e, ao mesmo tempo, profunda desilusão para com o discurso moderno de elevação do homem através do aperfeiçoamento das suas condições de vida. Ao agir nesta via, esta época precisou pensar uma nova dimensão de desenvolvimento, ao passo que se viu obrigada a romper com um novo modo de miserabilidade, não mais determinado pela natureza, mas sim pela exploração do homem pelo próprio homem. Assim, a concepção de outro desenvolvimento aos poucos expandiu suas pretensões e, com isso, consolidou uma nova utopia nas diversas esferas da vida social, como é o caso da democracia: “A democracia de participação, parte inerente do ‘outro desenvolvimento’, de saída é mais exigente e mais inclusiva. Volta-se para as novas arenas onde se tomam as decisões das sociedades contemporâneas: o sistema educacional, o mundo do trabalho, as organizações que controlam a comunicação de massas” (CARDOSO, 1993:163).

Desta maneira, se a passagem do século XIX para o século XX marcou a transformação da utopia norteadora do homem em sociedade, fundando uma nova concepção de desenvolvimento, seria possível imaginar que estamos novamente carentes de novas utopias para nortear o século XXI? Associado a isto, é possível acreditar em novos mecanismos de excitação da participação popular nas decisões sociais, tendo em vista a omissão tão presente em nossa época, bem como o descontentamento político por parte de uma parcela significativa dos indivíduos? Tais questões parecem pertinentes quando verificamos, como é o caso da análise de Fernando Henrique Cardoso, a capacidade que os homens possuem de modelar e remodelar o mundo em que vivem por meio da fragmentação de ideais estagnados e em direção ideais mais próximos da realidade atual.

Em se tratando de um modo de produção, o capitalismo espalha suas raízes por todos os lugares, rompendo fronteiras e regulando (ou desregulando) os diferentes

povos e nações a partir da mesma ordem econômica. Quando pensamos o capitalismo como um agente normatizador das relações sociais, estamos nos afastando de uma visão puramente econômica com o propósito de pensar a maneira pela qual os costumes e crenças, os modos de experimentar o mundo de uma forma geral, sofreram profundas alterações na modernidade a ponto de afetar os traços essenciais do ser humano. Nestas duas direções pode-se presenciar o fenômeno da globalização e, de acordo com Ianni, remetê-lo diretamente ao modo sistêmico e dinâmico com os quais o capitalismo se expande.

Ainda que desenvolvendo-se de maneira desigual, combinada e contraditória, o capitalismo expande-se pelas mais diferentes nações e nacionalidades, bem como culturas e civilizações, concretizando sua globalização. O que já se anunciava nos primeiros tempos do capitalismo, revela-se claro no século XIX e mais ou menos avassalador no XX (IANNI, 1996:141).

Assim, a globalização carrega em seu interior a contradição do capitalismo, o qual, por exemplo, é capaz de atingir o ápice de desenvolvimento e, de modo inverso, um alto índice de miséria. Uma parte da realidade social do Brasil pode servir de laboratório para experimentarmos o processo de globalização através do qual o capitalismo consegue romper as diferentes ordens sociais estabelecidas: a questão indígena. O problema enfatizado nas categorias índios e brancos resume-se neste momento na tendência de expansão da lógica capitalista, recolocando o “mundo” dos diferentes grupos sociais. Num recente documentário, feito sobre uma tribo indígena brasileira, duas imagens tornaram-se mais significativas do que a própria reportagem como um todo: primeiro uma entrevista com um integrante da tribo indígena, onde o mesmo usava uma camiseta da Nike em seguida, noutra entrevista, no cenário de fundo aparece uma antena parabólica. Os dois elementos podem falar por si mesmos, demonstrando a presença do “mundo branco”, isto é, do capitalismo. Além disso, o atual debate que defende a Educação Escolar Indígena (EEI) pode, implicitamente, desembocar na expansão da cultura do homem branco por meio da reelaboração de uma cosmovisão propriamente nativa, o que novamente aponta para os efeitos do processo de globalização, não somente na sua dimensão econômica mas também no seu aspecto cultural.

A modernidade pode ser entendida como uma fase completamente distinta das demais dentro da linha histórica que apreende os diversos momentos do Homem no mundo. Isto a caracteriza enquanto um fenômeno único de análise e também, o que é mais significativo, de vivência. Chesneaux (1995) em seu texto *Modernidade-Mundo* contribui para o desenvolvimento deste debate a partir de quatro pontos pertinentes à questão: *a)* recolocação das noções de tempo/espaço, *b)* quebra das fronteiras, *c)* rompimento com a tradição e *d)* crise de identificação social.

Com o surgimento e avanço da industrialização, entendida como pilar de sustentação da gênese do mundo moderno, a primazia do cenário rural cedeu espaço à construção das cidades. Em decorrência deste fenômeno, a disposição do espaço

sofreu profundas modificações, uma vez que aproximou os indivíduos, fundando enormes aglomerações humanas em pequenos espaços. Por conseguinte, estar próximo não demonstrou uma verdadeira aproximação dos indivíduos para além da dimensão física, ou seja, o convívio determinado por esta proximidade manifestou o estranhamento dos indivíduos uns em relação aos outros: “convivemos” com pessoas todos os dias e nem ao menos as conhecemos. Nesta mesma direção, a noção de tempo foi fortemente alterada dentro do âmbito moderno. O dia não é mais condicionado pelo movimento da natureza, donde o sol poente não significa necessariamente que o dia acabou. A noite transforma-se em dia e vice-versa. O tempo, assim modificado, perdeu sua naturalidade e ganhou a textura moderna da artificialidade: “reinventamos” o tempo.

Paralelo a isto, o mundo moderno tornou-se uma aldeia global, rompendo as fronteiras com base nas determinações econômicas do capitalismo e, em consequência, projetando intensivo rompimento com a tradição, o qual pode ser visualizado na busca veloz pelo novo, bem como no esvaziamento dos pontos de referência em face aos quais os indivíduos se localizavam no mundo como, por exemplo, os princípios normativos da religiosidade. Assim, encontramos no âmago da modernidade o insuperável tormento da crise de identidade social vivida pelas pessoas. A modernidade apresentada em tese por Chesneaux (1995) pode ser identificada no cotidiano das pessoas quando pensamos nos distúrbios da vida moderna, onde percebemos que viver sem paradigmas fixos pode conduzir à frustração.

3 Globalização: entraves e alternativas

No debate acerca do processo de globalização na sociedade moderna, Stiglitz acrescenta elementos novos e capazes de esclarecer a relação atualmente colocada na dimensão político-econômica entre os países. Nesta direção, o alvo de análise passa a ser o Fundo Monetário Internacional (FMI) em seu desempenho com tendências ao favorecimento dos projetos norte-americanos de política imperialista (embora a palavra *imperialismo* não faça parte do texto, podemos considerar as observações como profundamente acentuadas por ela), expandindo suas ideologias aos outros países por meio da atuação diretamente econômica e “indiretamente” política. Isto, sem dúvida, aponta para a frase: “O Fundo Monetário Internacional é uma instituição política” (STIGLIZ, 2002:209), como a síntese do problema central apresentado pelo autor.

O fio condutor do texto *Globalização e seus Malefícios* (2002) está, num primeiro momento, disposto de modo analítico-comparativo sobre a economia russa atingida pelas determinações político-econômicas do FMI (entenda-se a influência norte-americana neste processo) em paralelo com economias independentes de tal determinação. Assim, o primeiro passo dado por Stiglitz contextualiza a insuficiência da Rússia ao se propor o crescimento econômico com o auxílio do “receituário” do Fundo Monetário Internacional e, posteriormente, compara este cenário com o sucesso obtido por Polônia e China; no caso desta última constatando-se um crescimento

inversamente proporcional aos índices de pobreza desencadeados na Rússia no mesmo período.

O texto nos convida a olhar para a atual situação dos países com economias subdesenvolvidas e, ao mesmo tempo, submissas às propostas apresentadas/impostas pelos países economicamente desenvolvidos. Neste sentido, o assunto da vez passa a ser a dominação imposta dentro do processo de globalização, seja econômica e/ou cultural. Ademais, os desajustes originados pelo mercado ao atuar de maneira global parecem reproduzir esta dominação, promovendo a evolução das dificuldades dos países afetados em condição de dominados e privilegiando a expansão das economias centrais. Com isso, ao atacar o FMI considerando-o como um projeto tragicamente fracassado, Stiglitz deixa em aberto a preocupação referente aos novos rumos econômicos a serem tomados com a intenção de amenizar a desigualdade imposta na marcha econômica sustentada em processos interdependentes em âmbito global; certamente encontramos nesta perspectiva uma via para repensar a situação do Brasil, o qual também bebeu da fonte do Fundo Monetário Internacional.

A expansão do capitalismo ofereceu uma nova configuração ao mundo, a qual pode ser expressa pelo termo globalização. O desenvolvimento da industrialização, bem como dos processos técnicos que auxiliaram este desenvolvimento, proporcionou ao mundo certa homogeneidade nas relações sociais e, dentro destas, a transformação substancial da esfera do trabalho. É nesta disposição que cabe a análise desenrolada por Anita Kon (2002). Numa pergunta: como o desenvolvimento tecnológico tem afetado as constantes mudanças do trabalho humano?

Uma vez que o trabalho aparece como susceptível às metamorfoses econômicas e, ao mesmo tempo, elemento impulsionador de uma economia de alta produtividade, sua configuração tende cada vez mais para a alta especialização associada ao desenvolvimento tecnológico que garante o surgimento de atividades específicas.

O desenvolvimento tecnológico com a crescente subdivisão do trabalho, criando novas funções e ocupações, implicou muitas vezes na automação dessas funções e na reestruturação da distribuição ocupacional nas empresas e nas sociedades. A nova organização levou a extremos a fragmentação do saber técnico, inclusive de atividades altamente qualificadas, criando alto grau de flexibilidade e de versatilidade (KON, 2002:66).

Tal contexto imprime um ritmo dinâmico ao modelo de globalização e recebe o refluxo desta dinâmica na forma de inovação e intensificação dos novos postos de trabalho rumo ao aperfeiçoamento e elevação da produtividade nas indústrias. É em observação às consequências desta lógica orientadora do trabalho, condicionada pelas aceleradas inovações tecnológicas em escala global, que podemos encarar em certa medida o esgotamento da vida prática dos trabalhadores.

Além de alienados do resultado de sua atividade/trabalho no momento em que não têm condições de dispor da mercadoria que confeccionam os operários geralmente são

“invalidados” da concepção completa da mercadoria. Assim, conforme a crítica já aberta por Marx, o trabalhador não se realiza em sua atividade.

O texto de Kon (2002) sugere, entre outras vias possíveis, que esta realidade entra em processo de evolução ao passo que passa a ser determinada pela evolução tecnológica em nível global. No acesso ao cotidiano encontramos o mesmo painel: o trabalho é um fardo e, com isso, permanecer oito horas diárias dentro de uma empresa é, no mínimo, extremamente desgastante. As pessoas nos pontos de ônibus podem até mesmo criticar a empresa em que trabalham e, ainda mais, desejaram romper com tal rotina, mas o desejo é sempre aniquilado na ausência de alternativas. Em suma, o trabalho, da forma como se apresenta, não realiza os indivíduos, mas sim os sacrifica.

Se pensarmos o termo economia na sua raiz grega, teremos a justa medida para a apreensão da síntese da análise proposta por Sobral. Separando o termo nas suas duas partes constituintes encontramos: *oikos* (casa) e *nomos* (organização, ordenação). Isto nos diz: economia é, por definição, a organização da casa, a ordenação da nossa morada; estendendo a observação: a organização do lugar em que habitamos e, por conseguinte, vivemos. Então, discutir meio ambiente é curvar-se sobre as questões econômicas e vice-versa.

Neste sentido está colocada a problemática do texto aqui tratado. A essencial interdependência da relação entre meio ambiente e economia no âmbito das crises mundiais (globais), donde uma economia globalizada impulsiona uma análise ambiental elaborada de forma ampla.

A crise ambiental e a crescente importância das políticas ambientais constituem, hoje, um aspecto central das transformações em curso na economia mundial, baseadas em emprego maciço de novas tecnologias nos setores industrial, agrícola e de serviços; novas formas de organização da produção industrial; mudanças nas estratégias de políticas econômicas (keynesianismo/neoliberalismo); processos de globalização da produção e da comunicação (Hein, 1996) (SOBRAL, 2002:143).

Trata-se, pois, de estabelecer mecanismos de correção dentro dos procedimentos de produção econômica em vista da preservação do meio ambiente e, ao mesmo tempo, manter a atenção voltada para as causas de desequilíbrio ambiental, as quais permanecem ligadas a tais procedimentos. Em outras palavras, preservar a nossa morada requer uma ininterrupta supervisão dos passos economicamente empreendidos num sistema de alta produtividade e globalmente estabelecido. Assim, um desastre ecológico ocasionado numa região específica orienta as ações preventivas em todo o nosso planeta; um derramamento de petróleo na Bahia de Guanabara é um alerta para todos os pontos de extração de petróleo.

Diante da necessidade de recuperação e preservação do meio ambiente, entendemos que o grande obstáculo permanece sendo a conscientização dos agentes responsáveis pela produção industrial. Em vista do progresso, aliado ao baixo custo da produção, os empresários que estão na liderança de indústrias de produtos provenientes de materiais

pesados e danosos à natureza atuam com descaso em relação aos problemas ambientais. É o caso comum de encontrarmos frequentemente detritos industriais jogados nos rios, gases tóxicos lançados na atmosfera, entre outros. Desde pequenas indústrias de calçados, até grandes indústrias automobilísticas, a noção de competitividade num mercado globalizado é raramente pela preocupação com a destruição global gerada com base nos efeitos desta competitividade.

Em seu texto, *A Necessidade do Controle Social*, István Mészáros (s/d) propõe uma reflexão acerca do modelo econômico capitalista na sua condição atual, mais especificamente no contexto da década de 1970, mas sem perder, contudo, sua atualidade contestadora. Nesta perspectiva, o debate atravessa os problemas inerentes ao capitalismo, em sua forma determinante das relações sociais, e lança o olhar sobre os diferentes posicionamentos políticos num período de crise econômico-social, em meio a qual é preciso chamar a atenção para uma terceira guerra mundial como reguladora das contradições estruturais do sistema.

A preocupação do autor está sustentada na percepção de crises estruturais anteriores, as quais se serviram da guerra enquanto um mecanismo de regulação da ordem econômica sem tomar em consideração os desastres sociais produzidos de maneira desenfreada seja diretamente sobre os indivíduos, seja de modo mais amplo ao atingir o meio ambiente. Assim, deixar nas mãos do capital a responsabilidade pelo controle da sociedade é motivo de desconfiança, quando não de extrema preocupação.

Retomando a proposta de Marx, porém com precavidas adaptações à época atual, Mészáros aponta para a suspensão do controle social oferecido pelo capital e, em sua recolocação, aparece o modelo socialista como mecanismo de orientação da ordem social. “(...) o estabelecimento de do novo modo de controle social é inseparável da realização de uma *economia socialista*, centrada numa *significativa economia da atividade produtiva*, pedra angular de uma rica realização humana numa sociedade emancipada das instituições de controle alienadas e reificadas” (MÉSZÁROS, s/d.:1010).

O problema apresentado nesta análise expressa a necessidade de rompimento com a lógica do sistema capitalista diante da normatização que o mesmo imprime nas relações sociais e, com isso, mantém nas entrelinhas um apelo à participação política dos indivíduos rumo a determinação de uma nova ordem social. Com efeito, percebemos um “ir e vir” dos indivíduos na sociedade desprovido de participação nas decisões políticas, mesmo em se tratando de um sistema político e democrático.

Neste cenário de omissão política por parte da população, a cobrança é direcionada aos “políticos”, tornando-se evidente que a ausência de participação é um problema decisivo a ser enfrentado quando o ponto da pauta é a superação da ordem imposta pelo sistema capitalista. Contudo, apesar de Mészáros apresentar com ênfase o que tem que ser feito, sua reflexão não se estende ao como fazer. A resolução desta lacuna pode ser o ponto de partida para uma proposta mais concreta de transformação social a partir da própria sociedade.

4 Considerações finais

Os temas explorados neste trabalho ofereceram uma compreensão pormenorizada da nossa época em conformidade com o sistema econômico capitalista constituído na modernidade e, ao mesmo, desenrolado à nível global. Por um lado, percebemos a preocupação central dos países “atrasados” na corrida desenvolvimentista e, por outro, as consequências do desenvolvimento numa dimensão mundial em que a humanidade demarcou a hierarquia entre fortes e fracos através da disposição do poder econômico. Neste contexto a atenção parece sempre procurar os contornos de um novo humanismo capacitado a superar os problemas gestados pelo modo moderno de ser.

Em meio a isto, as promessas do Iluminismo se esgotaram, o progresso alcançado na modernidade não correspondeu aos propósitos de emancipação do Homem; o marxismo, por sua vez, decaiu junto com a experiência da revolução russa ao se revelar desconexo da própria ideologia não conseguindo superar a exploração do Homem pelo próprio Homem; por fim, degustamos ainda do amargor do neoliberalismo que ao propor o Estado do bem-estar reservou para poucos as suas “maravilhas”. Como se não bastasse este percurso oferecido pela modernidade, nos deparamos com o esvaziamento humano no âmbito das diferentes culturas.

Assim, nos contornos de certa desesperança no futuro, uma nova promessa humanitária poderia conter algum sentido? O último suspiro da nossa época parece ter sido manifestado pelos movimentos sociais, os quais aos poucos também estão sendo absorvidos pela lógica do capitalismo, uma vez que para sobreviver necessitam negociar a afirmação política das suas causas com os grupos hegemônicos. Noutra direção, uma construção teórica elaborada com a pretensão de estabelecer novos rumos para a humanidade não estaria já em sua fecundação atingida herança da ilusão que outras proporcionaram? Parece difícil pensar numa semente de esperança em meio às atuais circunstâncias, mas a tragédia pode ser ainda maior ao deixar o mundo acontecer sem a nossa possível participação transformadora em vista de uma melhor condição de vida no amanhã.

5 Referências bibliográficas

- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, s/d.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Por um outro desenvolvimento”. In: _____. *As Idéias e seu Lugar*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- CHESNEAUX, Jean. *Modernidade-Mundo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

IANNI, Octávio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

KON, Anita. “Tecnologia e Trabalho no Cenário da Globalização”. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octávio; RESENDE, Paulo-Edgar A. *Desafios da Globalização*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MÉSZAROS, István. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Unicamp/Boitempo, s/d.

SOBRAL, Helena Ribeiro. “Globalização e Meio Ambiente”. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octávio; RESENDE, Paulo-Edgar A. *Desafios da Globalização*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

STIGLITZ, Joseph E. *Globalização e seus Malefícios*. São Paulo: Futura, 2002.

Artigo recebido em 07 de junho de 2014.

Aprovado em 30 de outubro de 2014.